

O Reino da Estupidez em dois tempos: Leituras satíricas de Portugal através de um olhar brasileiro (Séc. XVIII) e outro português (Séc. XX)

Márcia Vieira Maia

No ano de 1785, começou a circular pela Universidade de Coimbra um poema herói-cômico intitulado *Reino da Estupidez*¹, uma sátira aos mais diversos aspectos da sociedade portuguesa da época, em particular o ambiente acadêmico. Divulgado em manuscritos apógrafos, esse texto então anônimo imediatamente provocou reações exaltadas, tanto por parte dos renovadores - que apoiavam com entusiasmo suas críticas ao espírito retrógrado em vigor no país -, quanto pelo lado dos tradicionalistas - que indignados com a ousadia do misterioso autor procuravam descobrir sua identidade. Após equivocadas especulações, o poema foi atribuído ao brasileiro Francisco de Melo Franco (1757-1823), estudante no curso de Medicina e cujas idéias progressistas anteriormente já haviam-no condenado aos castigos da Inquisição.

De fato, seu nome consta entre os penitenciados que participaram do Auto de Fé celebrado na sala do Santo Ofício de Coimbra, em 26 de agosto de 1781; acusado de "herege", "naturalista", "dogmático" e "por negar o Sacramento do Matrimônio", Melo Franco recebeu como punição quatro anos de cárcere no convento de Rilhafolles. Após sua libertação, aos 28 anos, conseguiu ser readmitido na Universidade para concluir seus estudos e, então, compôs o *Reino da Estupidez*, obra através da qual esse jovem demonstra sua persistência na luta contra o obscurantismo frente à ineficácia das táticas inquisitoriais de doutrinação religioso: embora na prisão tivesse adquirido a prudência que o levou a divulgar anonimamente seu poema, Melo Franco permaneceu relapso e convicto, sempre expressan-

¹ Há edições do poema *Reino da Estupidez* impressas em Paris (1818), Hamburgo (1820), Lisboa (1822), Barcelos (1869), além de cópias manuscritas existentes nas Bibliotecas das Universidades de Coimbra e Lisboa e ainda em Bibliotecas Públicas de Braga, Porto e Évora.

do um pensamento subversivo fundamentado em suas leituras de Voltaire e Rousseau, assim como nas doutrinas dos enciclopedistas.

O poema divide-se em quatro cantos, ao longo dos quais é desenvolvida sua proposição: "A mole Estupidez cantar pretendo / Que, distante da Europa desterrada / Na Lusitânia vem fundar seu Reino" (Franco, 1995, p.51.). Descrita como um monstro disforme e repugnante, a Deusa Estupidez encontra-se a princípio vivendo numa lúgubre caverna, lamentando a perda de seus antigos domínios europeus para Minerva, Deusa das Artes e da Sabedoria. Inconformada com essa humilhação, a Estupidez deseja recuperar alguns de seus reinos, convocando em sua ajuda as Fúrias, que aceitam vingar aquela injustiça. Com a participação dessas outras entidades alegóricas - a Inveja, a Raiva, o Fanatismo, a Hipocrisia e a Superstição -, tem início o projeto de uma nova entronização da Estupidez em países como a Alemanha, a França e a Inglaterra. Mas, ao percorrerem esses reinos civilizados, suas investidas sempre fracassam; escorraçadas, resta-lhes como derradeira opção a Península Ibérica, para onde se dirigem esperançosas.

Se até essa etapa da obra o Iluminismo consegue sobrepujar as forças obscurantistas, a chegada das Deusas em Portugal - "no Luso Reino / Como mais certo, começar deviam" (Franco, 1995, p.59.) - revela existirem aí condições extremamente propícias à sua vitória. Instruídas a percorrerem todas as praças para tomar conhecimento dos costumes da vida portuguesa, as Fúrias apresentam seus relatos sobre a situação que encontram: a arrogância e a prepotência da nobreza; a ostentação e o luxo dos altos dignitários da Igreja; a ignorância e o atraso do povo explorado pelo clero; a intolerância religiosa que rechaçava as idéias iluministas; a subserviência da nação a tudo vindo do estrangeiro. Sem dúvida, o contexto social em que o poema está inserido fica claro na seguinte referência: "já o Pombal faz tanta falta / Porque ele era somente quem sabia / Desta raça abater o grande orgulho" (Franco, 1995, p.62.). Assim, o momento histórico focalizado por Melo Franco corresponde à Viradeira, movimento subsequente à queda do Marquês de Pombal e que, impulsionado durante o governo de D. Maria II, corresponde a uma abrangente viragem na política portuguesa.

Num país onde "É tudo devoção, tudo são terços / Romarias, novenas, viasacras" (Franco, 1995, p.67.) e "por alma de cão qualquer é tido / Que a santa fé de Roma não professa" (Franco, 1995, p.72.), torna-se natural que a mais entusiástica recepção oferecida à Estupidez acabe sendo em Coimbra, na respeitável Academia Lusitana. Aí, a novidade causa tal alvoroço e alegria que logo um conselho é convocado pelo seu "grande Chefe" - alusão implícita ao Reitor Francisco José de Men-

donça; nele, imbuídos de toda pompa e solenidade, os doutores ouvem uma declaração do lente primaz de Teologia (o Vice-Reitor Carlos Maria de Figueiredo Pimentel):

- Muito ilustres e sábios acadêmicos!
 Por direito divino e por humano,
 Creio que deve ser restituída
 À grande Estupidez a dignidade
 Que nesta Academia gozou sempre.
 Bem sabeis quão sagrados os direitos
 Da antiguidade são; por ele somos,
 Ao lugar que ocupamos, elevados.
 Oculta vos não é a violência
 Com que foi desta posse desbulhada.
 Vós, testemunhas sois dos sentimentos
 Com que a vimos partir tão desprezada:
 Porém sempre, apesar do seu desterro
 Constante, tributei dentro em meu peito
 Homenagens devidas à que fora
 Na minha infância carinhosa Mestra
 E na velhice, singular Patrona.
 Entrai pois, companheiros, em vós mesmos,
 Ponderai sem paixão: para que serve
 As pestanas queimar sobre os autores,
 A estimável saúde arruinando?
 P'ra levar este tempo em bom sossego,
 Divertir e passar alegremente,
 Acaso precisais de mais ciência?
 Se os dias desta breve e curta vida
 Tivéssemos com os livros perturbado
 Teríamos acaso mais prebendas,
 Mais dinheiro, mais honra, mais estima?
 De que podem servir estes estudos
 Que mais da moda se cultivam hoje? (Franco, 1995, p.75-76.)

Esse irônico ataque aos estudos da moda - a geometria, a química, a anatomia (vistas como ciências heréticas trazidas pelos estrangeiros) - revela um tipo de mentalidade que realmente aflorou na Universidade de Coimbra durante a Viradeira. Nesse período, embora não se tenha revogado a "Reforma Pombalina do Ensino Superior" (publicada em 1772), houve todavia uma reação contrária àquelas mudanças, através de cartas-régias, avisos e ordens, mesmo que nos documentos relativos à Uni-

versidade, referendados por D. Maria, encontrem-se alguns confirmando o estabelecido pelo Marquês. Alvo privilegiado de sua atuação, a Academia efetivamente originou-se na "Junta de Providência Literária", criada, presidida e sustentada por ele, aparecendo nos "Estatutos Pombalinos" como "Congregação Geral das Ciências". Foi elaborada numa tentativa de introduzir um caráter investigativo no ensino, cuja decadência só pôde ser combatida através de idéias que, opostas ao sistema católico feudal, desencadearam a luta entre os poderes eclesiástico e civil, resultando numa secularização que tornou o ensino não somente laico como ainda gratuito e obrigatório. Nas escolas - antes entregues a ordens religiosas que se pautavam por uma política educacional retrógrada - e também nas universidades - criadas sob moldes monásticos -, as mudanças pedagógicas da era pombalina representaram um choque entre os novos conceitos e os velhos processos, a ponto de provocarem o descrédito do ensino oficial. Como obra exemplar desse confronto entre a antiga escolástica e as teorias racionalistas, figura o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney, causador de polêmica ao afirmar que os frades não deveriam ser autorizados a lecionar as ciências senão em circunstâncias excepcionais.

Portanto, a obra de Melo Franco capta com precisão essa acirrada disputa ideológica, manifestada no claustro acadêmico através de pronunciamentos que incluem até uma opinião favorável às Reformas Pombalinas, cujo mérito é apontado por Tirceu - na verdade, o jesuíta José Monteiro da Rocha, lente primaz de Matemática, que no tempo de Pombal recebera a incumbência de colaborar na reformulação da Universidade. Sua disposição em sustentar o espírito moderno destoou na grande massa do clero ultramontano que, afastado do ensino por Pombal, participou ativamente desse combate cujo reflexo projetou-se no próprio corpo docente, dividido entre a Universidade *que Deus haja e a que Deus guarde* (respectivamente, a pombalina e a de D. Maria).

Na seqüência do texto, já é noite quando se encerram as argumentações das diversas partes. Prometendo para o dia seguinte uma decisão acerca de como proceder com a Deusa, o reitor recolhe-se para dormir; durante o sono, acontece a visita do Fanatismo, disfarçado sob a forma de um rapaz, que o aconselha "A receber, em préstimo pomposo, / A nobre Estupidez; faze-lhe as honras / que lhe são por direito bem devidas". Ao acordar do sonho, o devoto Principal Mendonça ainda imagina "Que um divino clarão no quarto brilha" (Franco, 1995, p.83.) e, sob sua influência milagrosa, manda lavrar o edital que contém as exatas ordens da visão. Assim nessa manhã a Estupidez é conduzida à Academia, recebendo louvores e glórias:

Em triunfo é levada a Deusa Augusta
 A um soberbo e majestoso trono;
 Gemem debaixo dele aferrolhados
 A Ciência, a Razão, o Desabuso.
 Põem-se em sossego os assistentes todos;
 Levanta-se o Bustoque, e de joelhos
 À Deusa pede uma comprida vênia.
 Em bárbaro latim começa ufano
 A tecer friamente um elogio
 À sua Protetora; e nele mostra
 O quanto é indecente que nas aulas
 Em português se fale, profanando
 A sacra Teologia e as mais Ciências;
 Que em forma silogística se devem
 Os argumentos pôr; sem silogismo
 Não sabe como possa haver verdade.
 Nisto mais de hora gasta, e enfim conclui
 Animando a que sejam sempre firmes
 Na fé que devem a tão alta Deusa. (Franco, 1995, p.92.)

Por repudiar o retrocesso aos tempos medievais ocorrido na academia conibricense, esse texto constitui um marco da resistência intelectual frente aos sistemas autoritários tantas vezes enfocados na literatura portuguesa, relevante a ponto de ser retomado, quase dois séculos após sua criação, pelo escritor Jorge de Sena (1919-1978), atribuiu o título *O Reino da Estupidez*² a um volume de ensaios concluído no Brasil em 1961. É do prólogo dessa obra, escrito em Assis (SP), a declaração seniana a propósito do poema de Melo Franco: "Nenhum outro texto mais significativo das virtudes e defeitos da luso-brasilidade, e sob cuja égide este livro se publicasse, poderia ter sido escolhido" (Sena, 1984, p.15).

Os artigos que compõem *O Reino da Estupidez* datam em sua maioria da década de 50, período especialmente representativo para o escritor português: a repressão promovida pela ditadura salazarista intensificara-se de tal modo que, em 1959, Sena envolveu-se num fracassado golpe de Estado, tornando inviável sua permanência na pátria. Então, convidado a participar de um colóquio no Brasil, aproveitou o pretexto para aqui se exilar e prosseguir no exercício de uma incansável atividade política, paralelamente ao seu trabalho como professor, ficcionista, poeta e ensaísta.

² Jorge de Sena publicou dois volumes intitulados *O Reino da Estupidez*: I (1961) e II (1978). As reflexões aqui desenvolvidas referem-se ao primeiro deles.

Em *O Reino da Estupidez*, livro que reúne o maior número de artigos onde Sena reflete sobre a prática crítica, ele mesmo reconhece sua prosa "mais áspera" ou "mais amarga". Se pelo olhar de Melo Franco no Portugal setecentista reinava a Estupidez, acompanhada das Fúrias, agora (em 1956) a mordacidade seniana constatada que "as coisas mudaram muito", pois aquelas entidades do passado, "sentindo quanto, com o esclarecimento e a libertação dos povos, a causa da Estupidez era uma causa perdida", a abandonaram e aderiram fervorosamente à Inteligência: "são estudiosos, letrados, subtis, apóiam tudo o que seja cultura, interessam-se por tudo o que seja elevada expressão de pensamento, e a poesia, a crítica, a ficção e o teatro merecem-lhes a melhor e a mais devotada das atenções. Reina pois, admirada, incontestável e intangível, a Inteligência" (Sena, 1984, p.73).

A partir disso, desenvolvem-se algumas considerações de Sena a respeito da história da crítica literária em Portugal. Entendendo-se por ensaísmo crítico uma atividade especulativa, mais ou menos normativa e interpretativa, ele ressalta que, particularmente no século XX, essa crítica foi realizada, em grande maioria, "por críticos que são eles mesmos escritores, muitos deles de primeiro plano, ou críticos que, exercendo a crítica, foram ou são notáveis escritores" (Sena, 1988, p.104.). Contudo, na perspectiva seniana, a principal característica da crítica portuguesa é ter sido sempre, "nos seus maiores valores criadores ou críticos, feita por personalidades extremamente abertas ao e curiosas do internacionalismo cultural, nada provinciais na sua actualização em relação às questões estéticas suas contemporâneas" (Sena, 1988, p.105). Essa impossibilidade de citar-se um grande escritor de qualquer época que não tenha sido culturalmente de nível internacional no seu próprio tempo constitui para Sena um estranho fenômeno, assim investigado:

Talvez que um sintoma de persistente vitalidade cultural, contra a tendência conservantística e conformista de um governo muito cedo rigidamente centralizado e controlador das instituições da educação e da cultura, as quais tradicionalmente se confinaram à criação de diplomados capazes de manter em funcionamento a máquina oligárquico-estatal, de preferência a serem instrumentos de cultura viva. E daí que a crítica, sempre mais ligada à vida quotidiana da literatura, que à institucionalização acadêmica das suas bases culturais, tão persistentemente se tenha preocupado mais com a situação do escritor e a repercussão de suas idéias, do que com serenos e objectivos juízos de valor da excelência das obras. (Sena, 1988, p.105.)

Como conseqüência, até um determinado momento teria havido em Portugal dois campos, nitidamente separados, nos quais dividiam-se os estudos literários ou a atividade crítica: de um lado, "a erudição universitária, praticada por personalidades integradas no círculo extremamente exclusivo do ensino superior, e que, com raras exceções, ignorava a crítica corrente e ainda mais a literatura moderna"; do outro lado, "a crítica praticada por escritores simplesmente críticos, [...] que habitualmente concentravam as suas observações na literatura contemporânea, deixando a antiga à tradição erudita" (Sena, 1977, p.237-238.). Visto que as faculdades lusitanas nunca aceitaram que se ensine Letras quem por elas não tivesse passado, Sena - engenheiro que somente em 1962 e já no Brasil obtém o grau de Livre-Docente em Literatura - ataca com veemência o universitarismo português, chegando a considerar que o mais grave problema da crítica em seu país não reside no noticiário dos jornais, a "elogiar desmesuradamente plumitivos que o não merecem, ou silenciar sobre escritores e obras que honram a cultura nacional" (Sena, 1984, p.111). A gravidade da questão seria a inexistência da crítica universitária, esta cifrada em dois aspectos:

[...] a falta de cátedra esterilizando altos espíritos que muito fizeram ou muito prometeram, e o excesso de cátedra consagrando pseudofilólogos, pseudofilósofos, pseudocríticos, pseudo-escritores, cujo maior mérito crítico consistiu em terem sabido descobrir a tempo os méritos dos seus antecessores, para que estes, agradecidos, se apressem a reconhecer os deles. (Sena, 1984, p.112.)

De maneira contundente, Sena insiste que sempre se colocou acima e fora da vida literária cotidiana, não se envolvendo em nível pessoal com ninguém: "era como se eu me segregasse do rebanho - o que, evidentemente, nenhum rebanho perdoa" (Sena, 1977, p.240.). Além de recusar-se a pactuar com certos grupos, sua aguda percepção evidencia que alguns juízos equivocadamente valorizados não implicam mais do que haver o crítico sentido que a obra se prestava à aplicação efetiva dos seus métodos. Daí afirmar:

O maior problema é a honestidade do crítico, e a sua consciência de que o seu método não ilumina senão o aspecto ou o ângulo que lhe diz respeito. A integração estrutural dos diversos métodos é muito mais importante do que a prática exclusiva de um só. Daí que nenhum método garanta o crítico contra os perigos do impressionismo ou da sua subjectividade apaixonada, a menos que noutra contexto mais amplo de metodologia esse impressionismo e essa subjectividade sejam neutralizados. (Sena, 1988, p.130.)

Julgando que não há crítica senão intencional, Sena todavia defende que a intencionalidade do crítico - e até para mais seguramente visar aos seus fins - não deverá cegá-lo à observação de todos os fatos literários. Precisamente dessa "consciência que é a escolaridade, e a falta dela implica impressionismo abusivo e irresponsável" (Sena, 1984, p.58) advém a necessidade de uma disciplina literária, conforme sentida nas últimas décadas pelos escritores que são críticos ou vice-versa. No entanto, se houve sempre "bons críticos com maus métodos, e péssimos críticos com métodos excelentes" (Sena, 1988, p.131), para Sena não existe método de crítica, "por mais que seja a última palavra em ciência literária, que esteja livre de que os irresponsáveis se sirvam dele para os seus fins, ou só para gracioso exercício da sua deles irresponsabilidade" (Sena, 1984, p.59). Na Inteligência que ironicamente proclama reinar nas Letras portuguesas, Sena então identifica alguns desses métodos que denotam "um carácter de perfeita objectividade científica": o "*silenciosismo*", o "*alusionismo*", a "*cobardimetria*", a "*infâmio-estilística*", o "*gato-por-lebrismo*" e o "*apropriacionismo*". Métodos esses todos caracterizados por "uma objectividade incontroversa, irrefragável, académica em suma" (Sena, 1984, p.74) e assim por ele minuciosamente detalhados em *O Reino da Estupidez*:

O "silenciosismo" é o mais singelo daqueles métodos: consiste em, com espírito justiceiro, não fazer nunca qualquer referência, nem sequer negativa, ao nome ou à obra de qualquer indivíduo cuja actividade seja manifestadamente contrária àquela harmoniosa inversão de valores em que indubitavelmente assentam a paz e a glória da República das Letras. (Sena, 1984, p.75)

Se ainda em ambos se mantém a supressão do nome ou da obra ou do escrito que urge ignorar, no "alusionismo" faz-se ligeira referência, devidamente alterada, às idéias ou palavras do autor em causa, mas sempre a propósito do outro autor que é o verdadeiro objecto do estudo; enquanto na "cobardimetria" a alterada alusão é directa, por vezes acrescentada de louvores e protestos de admiração por uma pessoa que se não diz quem é, nem onde disse o que a gente entende que ela não deveria ter dito. (Sena, 1984, p.75)

[A "infâmio-estilística"] emprega-os para denunciar, após anos de paciente expectativa, a infâmia inerente às suas actividades, e consiste essencialmente em descobrir inúmeras desonestidades capitais que sempre passam despercebidas na obra de um autor honesto,

enquanto ele não fere a dignidade intangível e inviolável dos sacerdotes da cultura e seus fâmulos. (Sena, 1984, p.75)

[O "gato-por-lebrismo"] emprega do mesmo modo o nome e a obra em causa, mas para demonstrar criteriosamente como são um caso à parte, não-integrável em qualquer das estéticas vigentes e autorizadas, um bizantinismo perturbador por incompreensível, e afinal, apesar de todo o valor que se lhe reconhece, irrisório por voluntário. De facto não pode deixar de ser voluntário quem teimosamente não respeita o que convém respeitar, nem cumpre os mesmos ritos culturais que reputamos decentes. (Sena, 1984, p.75)

O "apropriacionismo", esse, é um método de alta cultura. Tem algumas variantes de aplicação, é certo; mas, na sua essência, não é mais do que a utilização brilhante do raciocínio seguinte: se as idéias de todos fazem parte do nosso património cultural, e se somos nós quem se prepara, é preparado para ou está em posição de administrar a cultura, as idéias e os trabalhos dos outros pertencem-nos de direito, e é sem dúvida uma vaidosíssima e bem repreensível pretensão o querer ser citado ou referido. (Sena, 1984, p.75-76)

Desses importantes métodos culturais, Sena atesta poder dar apenas uma imagem exterior, imperfeita, necessariamente deformada, visto não pertencer ele a qualquer núcleo propagador de cultura e sem assento habitual em nenhuma cátedra ou nenhum café. Já no que se refere aos vários níveis de crítica, desde o informativo artigo de jornal - que geralmente em Portugal só informa dos preconceitos do crítico - até a investigação monumental, atribui funções diversas a cada um desses níveis: "a mais imediata é a que anuncia, chama a atenção para o interesse ou o valor de uma obra; a menos imediata é a que tenda a provar, objectivamente, as razões estruturais de uma obra ser fascinante ou magnífica" (Sena, 1988, p.132). Por conseqüência, chega-se ao absurdo de ser possível passar por crítica uma atividade comercial realizada nas colunas da grande imprensa, de tal modo que seria preciso demonstrar ao público como esse comercialismo distancia-se da verdadeira crítica:

Nenhuma prosa é crítica pelo facto de o autor escrever dela há muitos anos. Um burro ao fim de dez anos não é cavalo: continua burro. Mas um cavalo, se escrever crítica, ao fim de dez anos é burro. Urge que todos vejam as orelhas do burro, por muito altas que sejam as resmas de papel atrás das quais se esconda. E urge que o público saiba quanto

a chamada "dignidade das letras" encobre de ignorância, estupidez, maldade e indignidade fundamental. (Sena, 1984, p.112)

Sena define a si próprio como uma personalidade que "se não apresenta mitigada, o que exige aceitação impossível de esperar da maioria"; que "se recusa a pactuar nos compadrios vitoriosos, o que redundava em doloroso isolamento"; que, "ao mesmo tempo, fustiga impiedosamente e toma as injúrias como de onde elas vêm, o que é mais insultuoso que desdenhar na generalidade"; que, "servida por uma invejável agilidade de espírito, pratica mais do que um género literário e mais do que um tipo de crítica" (Sena, 1984, p.113-114). Essa caracterização do autor reflete-se em sua proposta de uma crítica humanista baseada na concepção seniana de que a existência individual deva ser plenamente vivenciada na escrita, pois cabe à literatura precisamente a missão que a define: criação de linguagem, transformação do mundo. Daí a indignação de Sena contra os silêncios em torno de sua obra: excluído de antologias e relegado ao ostracismo, ele investiu abertamente contra aqueles que julgava empenhados no assassinato da dignidade de alguém que jamais aceitou calar-se. Mais dolorosa que as restrições políticas impostas pelo regime fascista, contra o qual Sena nunca se eximiu de protestar, parece ter sido a censura intelectual que somente foi rompida a partir dos seus últimos anos de vida.

Melo Franco, que saboreou o imediato sucesso de seu poema, contudo não prosseguiu na carreira literária: na profissão de médico, estabeleceu-se em Lisboa, onde construiu um tal prestígio que D. João VI o encarregou de acompanhar ao Brasil D. Maria Leopoldina, futura esposa de D. Pedro I. Para sua transferência, Melo Franco vendeu tudo o que possuía em Portugal; entretanto, logo que chegou ao Rio de Janeiro descobriu que caíra em desgraça: foi expulso do Paço e não recebeu qualquer indenização pelos gastos que fizera com a viagem. Sua decepção é revelada numa carta que escreveu ao irmão: "Aqui estou há um mês e ainda não tenho casa, que acho aqui raríssimas, caríssimas e péssimas, nem arranjo algum próprio do país... De tudo preciso, pois estou estrangeiro, onde todos os costumes me são novos; e tarde a eles me afarei, tendo vivido na Europa 45 para 46 anos" (Franco, 1995, p.16-17). Vítima das intrigas que seus inimigos urdiram contra ele junto a pessoas influentes da corte, Melo Franco acabou sofrendo as piores consequências de suas idéias libertárias e seu pensamento satírico justamente na própria pátria, à qual jamais conseguiu readaptar-se plenamente.

Já Sena, embora naturalizado brasileiro, diante do golpe militar de 64 prefe-

riu mudar-se para os Estados Unidos, onde assumiu vários cargos no magistério universitário. Lá, publicou em 1978 o segundo volume de *O Reino da Estupidez*, em cuja dedicatória se reporta à edição anterior:

Quando há dezasseis anos se publicou um primeiro meu *Reino da Estupidez*, o volume saiu dedicado a cinco pessoas que haviam acolhido ou suscitado aqueles escritos na sua maioria desagradáveis, como directores de jornais, suplementos, etc. Que eu me lembre, só um deles acusou a recepção do livro (e dois deles, que eu saiba, um que era bonzinho, e outro que era um serpentário de amargos complexos, coitado, já estão ambos, como se diz, a fazer tijolo). (Sena, 1978, p.7.)

Essas palavras ferinas, somadas ao fato de Sena nunca ter retornado em definitivo a Portugal, obviamente atestam sua permanente mágoa em relação à terra natal, configurada nos catedráticos que sempre continuaram a provocar sua exacerbação, conforme expressa nesse poema de 1972, intitulado "Nota a uma paráfrase":

Esclareça-se: uma coisa é literatura
comprometida ou não, e uma outra coisa
é literocambada, ou seja uma pandilha
ou várias assaltando à naifa e gritos
de a bolsa ou a vida. Inútil é fingirem
que são das letras ou qualquer política:
vieram para elas, baba da afluência,
por não haver já viela onde as fachadas rendam.
(Sena, 1989, p.116.)

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de. *O reino da estupidez e a reforma pombalina*. Coimbra: Atlântida, 1975.
- BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: os arcades*. v.4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- FRANCO, Francisco de Mello. *Reino da estupidez (1785) seguido do Novo reino da estupidez (1995)*. São Paulo: Giordano, 1995.
- MARQUES, ^a H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1996.
- SENA, Jorge de. *Dialécticas teóricas da literatura*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- _____. *Estudos de literatura portuguesa-III*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *40 anos de servidão*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *O reino da estupidez-I*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. *O reino da estupidez-II*. Lisboa: Moraes, 1978.

Resumo

No ano de 1785, o brasileiro Francisco de Melo Franco compõe em Coimbra um poema herói-cômico intitulado "Reino da Estupidez", em que o autor mostra, através de uma sátira mordaz, como no Portugal da sua época reinava a Deusa Estupidez, ajudada pelas Fúrias - a Inveja, a Raiva, o Fanatismo, a Hipocrisia e a Superstição. Essa obra de juventude reflete a adesão do poeta às mais subversivas idéias políticas daquele tempo, efetivamente responsável pela sua condenação aos cárceres inquisitoriais sob o pretexto de heresia.

Esse poema setecentista é considerado pelo português Jorge de Sena como o texto "mais significativo das virtudes e defeitos da luso-brasilidade", tendo sido retomado pelo escritor em seu volume homônimo de ensaios, *O Reino da Estupidez*, concluído no Brasil em 1961. Aqui, a ironia seniana volta-se para as grandes mudanças supostamente ocorridas em Portugal, onde teria passado a reinar a Inteligência, constituída pelos letrados e pela erudição acadêmica. Além de reflexões sarcásticas a propósito dos métodos críticos que identifica vigorarem nas Letras portuguesas, Sena desenvolve nessa obra análises sobre uma censura intelectual a que foi submetido, junto com outros de sua geração, e que por vezes se configura mais dolorosa que as restrições políticas impostas pela ditadura salazarista, cujas perseguições o fizeram abandonar sua pátria.

Nosso trabalho propõe-se a uma breve apresentação dessas duas perspectivas sobre contextos culturais que, embora distanciados temporalmente por dois séculos, possuem notáveis semelhanças, particularmente quando observados através de um brasileiro vivendo em Portugal e de um português exilado no Brasil.

Palavras-chave: crítica literária; séculos XVIII e XX; Francisco de Melo Franco; Jorge de Sena; *O Reino da Estupidez*

Abstract

The Kingdom of Stupidity in two turns: satirical readings of Portugal through a brazilian viewpoint (XVIII th century) and a portuguese one (XX th century)

In the year 1785, a young brazilian, Francisco de Melo Franco, composed a heroicomic poem entitled "Kingdom of Stupidity", in which the author shows, by means of a sharp satire, how, in the Portugal of his time, the Goddess Stupidity reigned, assisted by the Furies - Envy, Anger, Fanaticism, Hypocrisy and Superstition. This work reflects the poet's adhesion to the most subversive political ideas of the time, effectively responsible for his condemnation to the Inquisition cells, under the pretext of heresy.

This eighteenth century poem is considered by the portuguese writer Jorge de Sena as the "most significant (exemplification) of the virtues and flaws of luso-brazilianess", having been revisited by the author in his homonymous volume of essays *The Kingdom of Stupidity*, concluded in Brazil, in 1961. Here, the senian irony turns to the great changes, supposedly occurring in Portugal, where Intelligence had come to "reign", embodied by the scholars and academic learning itself.

In this piece of work, besides his sarcastic reflections about the methods of criticism (which he thought spurious in portuguese Literature), Sena also develops analyses about the artistic censorship, which he suffered, together with other intellectuals of his generation. At times, this ostracism turned out to be more painful than the political restrictions themselves of the salazarist dictatorship, which finally led the writer to leave his motherland.

Our work aims to briefly present these two perspectives of cultural contexts, which, though two centuries apart, bear blatant similarities, in a unique counterpoint of voices, in the eye of a brazilian settled in Portugal and a portuguese exiled in Brazil.

Key-words: Literary criticism; XVIII th and XX th centuries; Francisco de Melo Franco; Jorge de Sena; The Kingdom of Stupidity